

Companhia Transudeste de Transmissão

**Demonstrações contábeis
regulatórias em 31 de
dezembro de 2015 e 2014**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	3
Balancos patrimoniais	4
Demonstrações do resultado	5
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	10



KPMG Auditores Independentes
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-140 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone 55 (31) 2128-5700, Fax 55 (31) 2128-5702
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Companhia Transudeste de Transmissão
Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia Transudeste de Transmissão que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da resolução normativa nº 605 de 11 de março de 2014.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis regulatórias com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis regulatórias. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração das demonstrações



contábeis regulatórias da Companhia para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Transudeste de Transmissão em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da resolução normativa nº 605 de 11 de março de 2014.

Base de elaboração das demonstrações contábeis

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia Transudeste de Transmissão a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

A Companhia Transudeste de Transmissão preparou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações contábeis societárias), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 26 de fevereiro de 2016, sem modificações.

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis regulatórias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentadas para fins de comparação, não foram examinadas por nós, nem por auditores independentes.

Belo Horizonte, 29 de abril de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6 F-MG



Anderson Luiz de Menezes
Contador CRC MG-070240/O-3

Companhia Transudeste de Transmissão

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2015	31/12/2014 (não auditado)
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6.2	5.995	919
Investimentos Temporários		-	3.388
Concessionárias e permissionárias	4	2.289	2.607
Tributos compensáveis		141	69
Despesas pagas antecipadamente		4	4
Outros ativos circulantes		<u>77</u>	<u>76</u>
Total do ativo circulante		<u>8.506</u>	<u>7.063</u>
Ativo não circulante			
Concessionárias e permissionárias	4	143	135
Outros ativos não circulantes		11	10
Imobilizado	5.1	66.224	68.712
Intangível	5.2	<u>2.598</u>	<u>2465</u>
Total do ativo não circulante		<u>68.976</u>	<u>71.322</u>
Total do ativo		<u>77.482</u>	<u>78.385</u>
Passivo			
	Nota	31/12/2015	31/12/2014 (não auditado)
Passivo Circulante			
Fornecedores		115	212
Empréstimos e financiamentos e debêntures	6.1	14.567	10.575
Obrigações sociais e trabalhistas		40	37
Tributos		570	551
Dividendos declarados		3.388	3.019
Encargos setoriais		822	670
Outros passivos circulantes		<u>1.037</u>	<u>(151)</u>
Total do passivo circulante		<u>20.539</u>	<u>14.913</u>
Passivo Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos e debêntures	6.1	18.723	32.693
Encargos setoriais		-	184
Outros passivos não circulantes		<u>897</u>	<u>1.175</u>
Total do passivo não circulante		<u>19.620</u>	<u>34.052</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	7.1	30.000	30.000
Reserva de lucro	7.2	<u>7.323</u>	<u>-580</u>
Total do patrimônio líquido		<u>37.323</u>	<u>29.420</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>77.482</u>	<u>78.385</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Companhia Transudeste de Transmissão

Demonstração do resultado regulatório

Exercícios findos em 31 de dezembro 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2015	31/12/2014 (não auditado)
Receita / Ingresso			
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	8	21.972	20.747
Tributos			
PIS-PASEP		(143)	(135)
Cofins		(659)	(622)
Encargos - Parcela "A"			
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		(204)	(193)
Reserva Global de Reversão - RGR		(365)	(519)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(88)	(83)
Receita líquida / Ingresso líquido		20.513	19.195
Custos gerenciáveis - Parcela "B"			
Pessoal e administradores	9	(555)	(624)
Material		(10)	(9)
Serviços de terceiros		(1.322)	(1.289)
Arrendamento e aluguéis		(21)	(21)
Seguros		(9)	(8)
Doações, Contribuições e Subvenções		(22)	(21)
Tributos		(5)	(9)
Depreciação e Amortização		(2.507)	(2.508)
Outras Receitas Operacionais		-	-
Outras Despesas Operacionais		-	-
Resultado da atividade		16.062	14.706
Resultado Financeiro			
Despesas financeiras		(5.607)	(5.252)
Receitas financeiras		936	665
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro		11.391	10.119
Despesa com Impostos sobre o Lucro	10	(971)	(841)
Resultado Líquido das Operações em Continuidade		10.420	9.278
Operações descontinuadas			
Lucro após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas		10.420	9.278
Resultado líquido do exercício			
Atribuível Aos:			
Acionistas Controladores		10.420	9.278
Acionistas Não Controladores		-	-

Companhia Transudeste de Transmissão

Demonstração do resultado regulatório

Exercícios findos em 31 de dezembro 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

Lucro Por Ação

(não auditado)

Básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	0,34733	0,30927
Diluído - Lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	0,34733	0,30927

Lucro por ação originado das operações em continuidade

Básico - Lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	0,347333	0,309267
Diluído - Lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	0,347333	0,309267

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Companhia Transudeste de Transmissão

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	31/12/2015	31/12/2014 (não auditado)
Resultado do exercício	10.420	9.278
Outros resultados abrangentes	-	-
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	10.420	9.278
Atribuível a:		
Acionistas controladores	10.420	9.278
Acionistas não controladores	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Transudeste de Transmissão

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013 (não auditado)	30.000	2.460	-	32.460
Distribuição de dividendos - AGO	-	(2.806)	-	(2.806)
Resultado do exercício	-	-	9.278	9.278
Destinação proposta à A.G.O	-	-	(3.018)	(3.018)
Reserva legal	-	636	(636)	-
Dividendos Intermediários	-	-	(6.494)	(6.494)
Dividendos adicionais propostos	-	(870)	870	-
		-		
Saldo em 31 de dezembro de 2014 (não auditado)	<u>30.000</u>	<u>(580)</u>	<u>-</u>	<u>29.420</u>
Reversão dos acionistas	-	870	-	870
Resultado do exercício	-	-	10.420	10.420
Destinação proposta à A.G.O	-	-	(3.388)	(3.388)
Reserva legal	-	713	(713)	-
Dividendos adicionais propostos	<u>-</u>	<u>6.319</u>	<u>(6.319)</u>	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u><u>30.000</u></u>	<u><u>7.322</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>37.322</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Transudeste de Transmissão

Demonstração de fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

	31/12/2015	31/12/2014 (não auditado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	10.420	9.277
Itens que não afetam as disponibilidades:		
Depreciação e amortização	2.509	2.510
Receitas de aplicação	-	3
Imposto Diferido	(105)	
Encargos de debêntures e variações monetárias	5.414	5.185
	<u>18.238</u>	<u>16.975</u>
(Aumento) redução no ativo		
Concessionárias e permissionárias	311	(364)
Tributos compensáveis	(72)	(1)
Outros ativos	(2)	5
	<u>237</u>	<u>(360)</u>
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	(97)	(35)
Tributos e contribuições sociais	59	81
Taxas regulamentares	71	81
Outros passivos	872	750
	<u>905</u>	<u>877</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>19.380</u>	<u>17.492</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado e Intangível	(153)	(12)
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	<u>(153)</u>	<u>(12)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos de dividendos	(2.148)	(9.299)
Amortização e pagamento de juros do financiamento	(15.391)	(7.411)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<u>(17.539)</u>	<u>(16.710)</u>
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	<u>1.688</u>	<u>770</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Valores expressos em milhares de reais)

1 Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia Transudeste de Transmissão está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador.

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações Contábeis Estatutárias Societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As diferenças estão demonstradas na nota explicativa nº 3, para melhor entendimento do leitor.

3 Principais Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações contábeis regulatórias são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias apresentadas nas páginas 15 a 19, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

- **Ativos financeiros:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários são classificados em “valor justo por meio do resultado”, enquanto as Contas a receber do ativo financeiro são classificadas como “empréstimos e recebíveis”.

Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial.

- **Imobilizado em serviço:** Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

- **Imobilizado em curso:** Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os encargos financeiros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não possuía nenhum ativo qualificável elegível a capitalização dos encargos de dívidas.

- **Intangível:** Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não possuía nenhum intangível qualificável elegível a capitalização dos encargos de dívidas.

- **Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia e suas controladas não identificaram nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.
- **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros da Companhia e de suas controladas são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como outros passivos financeiros.
- **Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.
- **Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.
- **Provisões para contingências:** As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente.

Tributação

Impostos sobre a receita

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65% e 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00% e 7,6%;

Imposto de renda e contribuição social

- ***Correntes***

O Imposto de renda e a Contribuição social da Companhia é calculado pelo regime de lucro presumido.

- **Diferidos**

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de curto e longo prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

- **Reconhecimento da receita:** A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia.
- **Receita anual permitida (RAP):** A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos no Contrato de Concessão e Resoluções Homologatórias da ANEEL.
- **Receita de juros:** A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.
- **Resultado por ação:** A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

4 Concessionárias e permissionárias

Composição das contas a receber

Descrição - R\$ Mil	Valores correntes						Provisão p/ Devedores Duvidosos	Total 2015	Total 2014 (não auditado)
	Corrente a vencer		Corrente vencida						
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias			
Encargos de uso da rede elétrica	2.243	-	19	4	21	145	-	2.432	2.742
Total	2.243	-	19	4	21	145	-	2.432	2.742

5 Imobilizado

A composição do imobilizado é como segue

Ativo Imobilizado em Serviço	Valor bruto em 31/12/2014 (não auditado)	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2015	Adições Líquidas = (A)- (B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor líquido em 31/12/2015	Valor líquido em 31/12/2014 (não auditado)
Transmissão	84.473	-	-	-	-	84.473	-	(21.076)	63.397	65.883
Terrenos	21	-	-	-	-	21	-	-	21	21
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	1.053	-	-	-	-	1.053	-	(322)	731	766
Máquinas e Equipamentos	83.238	-	-	-	-	83.238	-	(20.633)	62.605	65.046
Móveis e Utensílios	161	-	-	-	-	161	-	(121)	40	50
Administração	19	-	-	-	-	19	-	(13)	6	8
Móveis e Utensílios	19	-	-	-	-	19	-	(13)	6	8
Subtotal	84.492	-	-	-	-	84.492	-	(21.089)	63.403	65.891
Ativo Imobilizado em Curso	Valor bruto em 31/12/2014 (não auditado)	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2015	Adições Líquidas = (A)- (B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor líquido em 31/12/2015	Valor líquido em 31/12/2014 (não auditado)
Transmissão	2.821	-	-	-	-	2.821	-	-	2.821	2.821
Máquinas e Equipamentos	2.821	-	-	-	-	2.821	-	-	2.821	2.821
Subtotal	2.821	-	-	-	-	2.821	-	-	2.821	2.821
Total do Ativo Imobilizado	87.313	-	-	-	-	87.313	-	(21.089)	66.224	68.712

A composição do intangível é como segue

Intangível - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2014 (não auditado)	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2015	Adições Líquidas = (A)- (B)+(C)	Amortização Acum.	Valor líquido em 31/12/2015	Valor líquido em 31/12/2014 (não auditado)
Ativo Intangível em Serviço Transmissão	1.467	-	-	-	-	1.467	-	-	1.467	1.467
Servidões	1.467					1.467	-		1.467	1.467
Administração	101	-	-	-	-	101	-	(43)	58	77
Softwares	101					101	-	(43)	58	77
Subtotal	1.568	-	-	-	-	1.568	-	(43)	1.525	1.544
Ativo Intangível em Curso Transmissão	921	152	-	-	-	1.073	152	-	1.073	921
Servidões	542	152	-	-	-	694	152	-	694	542
Softwares	23	-	-	-	-	23	-	-	23	23
Outros	356	-	-	-	-	356	-	-	356	356
Subtotal	921	152	-	-	-	1.073	152	-	1.073	921
Total do Ativo Intangível	2.489	152	-	-	-	2.641	152	(43)	2.598	2.465

As taxas médias anuais de depreciação da Companhia são conforme segue

Ativo Imobilizado - R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2015		2014	
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido (não auditado)
Em serviço					
Transmissão		84.473	(21.076)	63.397	65.883
Custo Histórico	2,94%	84.473	(21.076)	63.397	65.883
Administração		19	(13)	6	8
Custo Histórico	15,60%	19	(13)	6	8
		84.492	(21.089)	63.403	65.891
Em Curso - R\$ Mil					
Transmissão		2.821	-	2.821	2.821
		2.821	-	2.821	2.821
		87.313	(21.089)	66.224	68.712

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº. 474 de 2012 são as seguintes

Transmissão	Taxas anuais de depreciação (%)
Condutor do sistema	2,70%
Equipamento geral	6,25%
Estrutura do sistema	2,70%
Religadores	4,00%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

6 Empréstimos e financiamentos

6.1 Abertura do Endividamento - R\$ Mil

LIN	INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros CP	Principal CP	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente ?	Data Captação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pgto Juros	Frequência Pgto Juros	Data Próxima Amortização	Vencim. Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortiz.	Cronog. Amort. de Princ. e Juros de LP - 2017	Total
2	Financ. / Emprést. Moeda Nacional	597	13.970	18.723	33.290												18.723	18.723
2.1	Debêntures - Itaú Unibanco S.A	597	13.970	18.723	33.290	SIM	nov-12	Subord/ Quirog	CDI	0,99%	14/05/16	Semestral	14/05/16	14/11/17	Semestral	Outro, especif. no cronograma	18.723	18.723
8	Total por Dívida	597	13.970	18.723	33.290												18.723	18.723
8.1	Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira																	
8.2	Financ. / Emprést. Moeda Nacional	597	13.970	18.723	33.290												18.723	18.723

6.2 Abertura dos Ativos Financeiros - R\$ Mil

LIN	Instituição / Linha devedora	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total
9	Ativos Financeiros	5.289	-	5.289
9.1	Caixa e Aplicações Financeiras	5.995	-	5.995
9.1.1	Saldo Final de Caixa - Conta 111	706	-	706
9.1.3	Aplic. Financ. Fundos DI	5.289	-	5.289

6.3 Composição do endividamento e dívida líquida - R\$ Mil

LIN	Resumo	Juros de curto prazo	Principal curto prazo	Principal + juros LP	Total 2015	Total 2014
11	(+) Dívida Bruta	597	13.970	18.723	33.290	43.268
11.2	Financ. / Emprést. Moeda Nacional	597	13.970	18.723	33.290	43.268
12	(-) Ativos Financeiros	-	(5.996)	-	(5.996)	-
12.1	Alta Liquidez	-	(5.996)	-	(5.996)	-
13	(+) Dívida Líquida I	597	7.974	18.723	27.294	43.268

7 Patrimônio líquido

7.1 Capital social

O capital social até 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 30.000 e sua composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

	Número de ações em milhares	
	Ordinárias	%
Acionistas		
Transmineiras Holding S.A	12.300	41,00
Companhia Energética de Minas Gerais - MG	7.200	24,00
Furnas Centrais Elétricas S.A	7.500	25,00
EATE	3.000	10,00
	<u>30.000</u>	<u>100,00</u>

7.2 Reserva de lucros

Reservas de lucros	31/12/2015	31/12/2014 (não auditado)
Reserva legal (a)	4.278	3.564
Outras (b)	<u>3.045</u>	<u>(4.144)</u>
	<u>7.323</u>	<u>(580)</u>

- (a) A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.
- (b) Outras: refere-se ao montante do lucro apurado com base nas práticas contábeis internacionais introduzidas pela Lei nº 11.638/07, superior ao lucro apurado com base nas práticas contábeis anteriores à referida lei. A Administração da Companhia entende que tal parcela do lucro deve ser retida.

8 Receita operacional bruta

Receita Bruta	R\$ Mil	
	31/12/2015	31/12/2014 (não auditado)
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	21.972	20.747
Total	21.972	20.747

9 Pessoal e Administradores

Pessoal e Administradores	31/12/2015	31/12/2014 (não auditado)
Pessoal	(390)	(462)
Remuneração	(230)	(252)
Encargos	(76)	(88)
Previdência privada	(2)	(4)
Assistência médica	(10)	(26)
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	(31)	(36)
Outros	(41)	(56)
Administradores	(165)	(162)
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	(147)	(143)
Benefícios dos administradores	(18)	(19)
Total	(555)	(624)

10 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia é enquadrada no regime tributário do lucro presumido, o qual é apurado trimestralmente sobre as receitas a CSLL - Contribuição social e o IRPJ - Imposto de renda pessoa jurídica. Os impostos são obtidos por meio da aplicação de alíquotas de presunção sobre as receitas, conforme abaixo:

Natureza	Alíquota de presunção - IRPJ	Alíquota de presunção - CSLL
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	8%	12%

Utilizando-se as alíquotas de presunção acima descritas, se obtém as bases de cálculo do imposto, sobre qual incidem o IRPJ com alíquota de 15% e a CSLL com alíquota de 9%. A parcela da base de cálculo que exceder ao valor resultante depois da redução de R\$ 240.000,00 no ano, sujeitará à incidência de adicional do imposto à alíquota de 10% (dez por cento).

11 Demonstração do resultado do exercício segregado por atividade

A Companhia é administrada como única operação, ou seja, que gera um único fluxo de caixa independente, uma vez que suas receitas operacionais decorrem substancialmente da atividade de transmissão de energia elétrica. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações segregadas por atividade para analisar seu desempenho operacional e financeiro.

12 Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

		31/12/2015			31/12/2014		
	Notas	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório (não auditado)	Ajustes	Societário
Ativo							
Ativo Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	6.2	5.995	-	5.995	919	-	919
Investimentos temporários		-	-	-	3.388	-	3.388
Concessionárias e permissionárias	4	2.289	-	2.289	2.607	-	2.607
Ativos financeiros setoriais		-	(22.530)	22.530	-	(21.639)	(21.639)
Tributos compensáveis		141	-	141	69	-	69
Despesas pagas antecipadamente		4	-	4	4	-	4
Outros ativos circulantes		77	-	77	76	-	76
Ativo Não Circulante							
Concessionárias e permissionárias	4	143	(80.645)	80.788	135	(79.982)	80.117
Outros ativos não circulantes		11	(1.116)	1.127	10	(1.116)	1.126
Imobilizado	5.1	66.224	66.218	6	68.712	68.704	8
Intangível	5.2	2.598	2.540	58	2.465	2.388	77
Total do Ativo		77.482	(35.533)	113.015	78.385	(31.640)	110.025
		31/12/2015			31/12/2014		
	Notas	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório (não auditado)	Ajustes	Societário
Passivo							
Passivo Circulante							
Fornecedores		115	-	115	212	-	212
Empréstimos, financiamentos e debêntures	6.1	14.567	-	14.567	10.575	-	10.575
Obrigações sociais e trabalhistas		40	-	40	37	-	37
Tributos		570	-	570	551	-	551
Dividendos declarados		3.388	-	3.388	3.019	-	3.019
Encargos setoriais		822	-	822	670	-	670
Outros passivos circulantes		1.037	-	1.037	(151)	-	(151)
Passivo Não Circulante							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	6.1	18.723	-	18.723	32.693	-	32.693
Encargos setoriais		-	-	-	184	-	184
Tributos diferidos		-	(3.180)	3.180	-	(3.131)	3.131
Outros passivos não circulantes		897	-	897	1.175	-	1.175
Total do Passivo		40.159	(3.180)	43.339	48.965	(3.131)	52.096
Patrimônio Líquido							
Capital Social	7.1	30.000	-	30.000	30.000	-	30.000
Reservas de Lucros	7.2	7.323	(32.353)	39.676	(580)	(28.509)	27.929
Total do Patrimônio Líquido		37.323	(32.353)	69.676	29.420	(28.509)	57.929
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		77.482	(35.533)	113.015	78.385	(31.640)	110.025

Companhia Transudeste de Transmissão
Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2015 e 2014

		31/12/2015			31/12/2014		
	Notas	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório (não auditado)	Ajustes	Societário
Operações em Continuidade							
Receita / Ingresso							
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	8	21.972	(21.972)	-	20.747	(20.747)	-
Receita de Operação e Manutenção		-	1.996	1.996	-	2.139	2.139
Receita de Remuneração dos Ativos da Concessão		-	21.535	21.535	-	19.587	19.587
Tributos							
PIS-PASEP		(143)	-	(143)	(135)	-	(135)
Cofins		(659)	-	(659)	(622)	-	(622)
Encargos - Parcela "A"							
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(204)	-	(204)	(193)	-	(193)
Reserva Global de Reversão - RGR		(365)	-	(365)	(519)	-	(519)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(88)	-	(88)	(83)	-	(83)
Receita Líquida / Ingresso Líquido		20.513	1.559	22.072	19.195	979	20.174
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"							
Pessoal e administradores	9	(555)	-	(555)	(624)	-	(624)
Material		(10)	-	(10)	(9)	-	(9)
Serviços de terceiros		(1.322)	-	(1.322)	(1.289)	-	(1.289)
Arrendamento e aluguéis		(21)	-	(21)	(21)	-	(21)
Seguros		(9)	-	(9)	(8)	-	(8)
Depreciação e Amortização		(2.507)	2.485	(22)	(2.508)	2.488	(20)
Doações, contribuições e subvenções		(22)	-	(22)	(21)	-	(21)
Tributos		(5)	-	(5)	(9)	-	(9)
Outras Despesas Operacionais		-	(151)	(151)	-	-	-
Resultado da Atividade		16.062	3.893	19.955	14.706	3.467	18.173
Resultado Financeiro							
Despesas Financeiras		(5.607)	-	(5.607)	(5.252)	-	(5.252)
Receitas Financeiras		936	-	936	665	-	665
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro		11.391	3.893	15.284	10.119	3.467	13.586
Despesa com Impostos sobre o Lucro	10	(971)	(48)	(1.019)	(841)	(33)	(874)
Resultado Líquido das Operações em Continuidade		10.420	3.845	14.265	9.278	3.434	12.712
Operações Descontinuadas							
Lucro (Prejuízo) após o Imposto do Exercício Resultante de Operações Descontinuadas		10.420	3.845	14.265	9.278	3.434	12.712
Resultado Líquido do Exercício							
Atribuível Aos:							
Acionistas Controladores		10.420	3.845	14.265	9.278	3.434	12.712
Lucro Por Ação		10.420		14.265	9.277		12.711
Básico - Lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		0,34733		0,47550	0,30927		0,42373
Diluído - Lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		0,34733		0,47550	0,30927		0,42373
Lucro por ação originado das operações em continuidade							
Básico - Lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		0,34733		0,47550	0,30927		0,42373
Diluído - Lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		0,34733		0,47550	0,30927		0,42373

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

12.1 Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)

De acordo com o ICPC 01 (IFRIC 12), a infraestrutura implantada no âmbito dos contratos de concessão não reconhecida como ativo fixo ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecida de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura abrangida pela concessão, implicando-se assim na utilização do modelo de ativo financeiro.

12.1.1 No modelo de ativo financeiro as receitas são segregadas da seguinte forma:

- **Receita de implantação de infraestrutura:** Esse tipo de receita quando aplicável é abrangida pelo escopo do ICPC 01 (IFRIC 12) registra a implantação de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS 11) e CPC 30 (IAS 18). Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço prestado. Na contabilização dessas receitas a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos devem cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do período. Consequentemente, a Companhia não identificou nenhuma margem de lucro líquido nessa fase.
- **Receitas de remuneração dos ativos da concessão:** Corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor do investimento.
- **Receitas de operação e manutenção:** Após a fase de implantação de infraestrutura inicia-se a fase de operação e manutenção, na qual essa receita é reconhecida pelo valor justo de maneira suficiente para cobrir e os respectivos custos.

12.1.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)

Os ajustes são decorrentes substancialmente do reconhecimento das receitas financeiras e de construção oriundos da adoção do ICPC 01 (IFRIC 12) e OCPC 05 - contratos de concessão, e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, considerando, inclusive, o final do período de fruição do benefício fiscal.

13 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2015	31/12/2014 (não auditado)
Saldo do patrimônio líquido conforme contabilidade societária	69.676	57.929
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	(35.533)	(31.640)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	<u>3.180</u>	<u>3.131</u>
Saldo do patrimônio líquido contabilidade regulatória	<u>37.323</u>	<u>29.420</u>

14 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	31/12/2015	31/12/2014 (não auditado)
Lucro líquido conforme contabilidade societária	14.265	12.712
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	(3.893)	(3.467)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	<u>48</u>	<u>33</u>
Lucro líquido regulatório	<u>10.420</u>	<u>9.278</u>